



## Guia de Recursos de Formação

# Apresentação de 15 Distritos Administrativos Centrados na Capacitação Para o Projecto TIPS<sup>1</sup>

Janne Rantala, Haua Abudo, Talassamo Alí, Hélio Andicene, Andissene Andissene, Iolanda Chamuela, Lucia Manhiça, Crimildo Muhacha, Salvador Mukuweke, Aura Nelson, and Afonso Sefu

*Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia (UE). O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflecte necessariamente os pontos de vista da UE.*



The Network  
for Religious  
& Traditional  
Peacemakers



This project is funded  
by the European Union

<sup>1</sup> Esta pesquisa faz parte do projecto Rumo a uma Sociedade Inclusiva e Pacífica em Moçambique (Towards an Inclusive and Peaceful Society in Mozambique - TIPS) financiado pela UE. O projecto está a ser implementado por um consórcio constituído pela Finn Church Aid/Network of Traditional and Religious Peacemakers (FCA/NRTP), o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) e o Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), em colaboração com o Conselho das Religiões e Paz em Moçambique (COREM) e a Faith Associates. Um agradecimento especial é endereçado a Sérgio Chichava, co-líder do projecto de pesquisa TIPS, dirigido pelo IESE, e aos parceiros da FCA/NRTP e do IMD.



## INTRODUÇÃO

Este guia de recursos baseia-se na pesquisa participativa sensível ao conflito, levada a cabo pelo Instituto de Estudos Económicos e Sociais (IESE) para o projecto TIPS - *Towards an Inclusive and Peaceful Society in Mozambique (Rumo a uma Sociedade Inclusiva e Pacífica em Moçambique)*. Mais especificamente, este guia surgiu com base no trabalho de campo realizado pelo IESE nas províncias do **Niassa, Cabo Delgado, Tete, Sofala e Inhambane**.

Conjuntamente com o projecto mais alargado, esta pesquisa procura contribuir para a prevenção de conflitos associados aos recursos naturais, para a procura de soluções e propostas locais e para uma maior inclusão social na gestão dos recursos naturais em Moçambique. O objectivo deste guia é contextualizar e apresentar descrições sintéticas dos 15 distritos administrativos em Moçambique, que constituirão o foco do trabalho das nossas organizações parceiras no projecto mais amplo.

Com base na pesquisa efectuada em 27 distritos administrativos, foram escolhidos três distritos em cada uma das províncias acima mencionadas sobre os quais o foco deveria incidir, utilizando dois critérios principais: Primeiro, o maior impacto possível da capacitação programada para 2022-2023; segundo, a qualidade do material de pesquisa produzido nestes distritos. Assim sendo, este guia pretende resumir a dinâmica dos conflitos locais, existentes, latentes e previstos, bem como os actores para o desenvolvimento da paz nestes 15 distritos seleccionados (Ver: Mapa 1). São igualmente apresentados exemplos concretos de resolução de conflitos nestas províncias, sendo também enumeradas as organizações da sociedade civil e da comunidade entrevistadas ou identificadas durante o trabalho de campo que podem constituir informação útil para as acções de capacitação. A numeração dos distritos nas tabelas e no mapa continua a ser a mesma que nas outras publicações do presente projecto, pelo que esta não é uma lista completamente linear.

Algumas partes deste guia podem, em parte, sobrepor-se aos capítulos que abordam a dinâmica a nível provincial no Relatório de Pesquisa deste mesmo projecto. No entanto, neste documento, o enquadramento e o foco são diferentes, com o objectivo de apoiar formações temáticas relacionadas

com a gestão de recursos naturais para as Organizações da Sociedade Civil e líderes comunitários nas três áreas seguintes:

1. Análise de conflitos, prevenção, transformação e resolução de conflitos, com ênfase nos factores de conflito relacionados com os Recursos Naturais, tais como disputas de terra;
2. Reforço das capacidades dos participantes em matéria de lobbying, advocacia, realização de campanhas, mediação, diálogo e monitoria;
3. Promoção da transformação social através de uma Gestão dos Recursos Naturais pacífica e socialmente inclusiva.

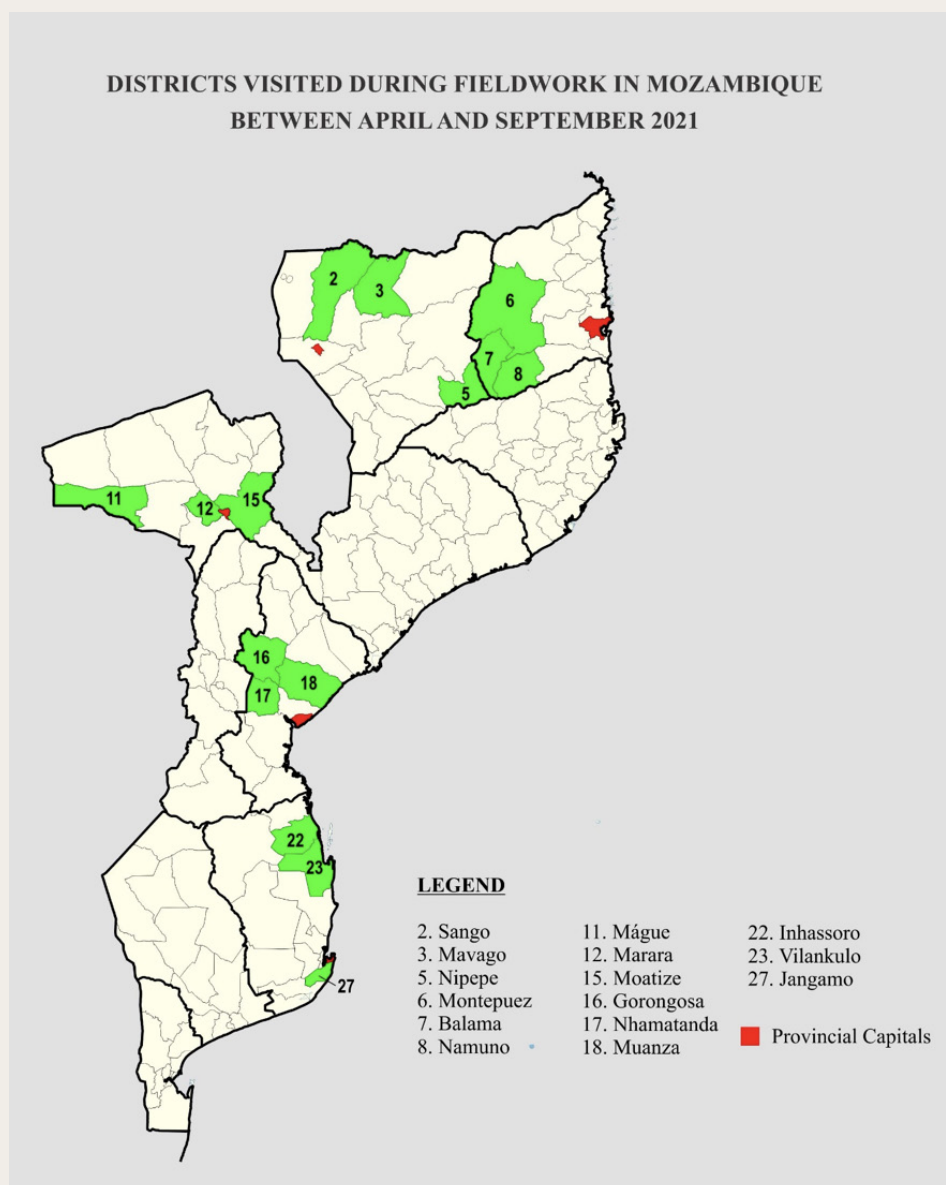
A única forma pacífica de gerir os recursos naturais é que a utilização dos recursos naturais se reflecta, em primeiro lugar, no desenvolvimento dos locais onde estes são utilizados, gerando emprego, infra-estruturas económicas e sociais e serviços públicos acessíveis a todos os membros da comunidade, garantindo que estes se identifiquem com os projectos e se sintam parte integrante dos mesmos. Para a realização deste objectivo, naturalmente que é necessário um grande esforço de capacitação e sensibilização das comunidades para que estas se sintam capazes de participar e influenciar as decisões relativas às suas vidas e às zonas onde vivem, e para que tenham um vasto conhecimento das questões que estão a negociar, sobre quais são os seus direitos ao abrigo das leis sobre o uso da terra e do subsolo e sobre a preservação do ambiente.

As empresas e o governo podem ser tentados a aproveitar-se das fragilidades das comunidades na exploração dos recursos naturais, por exemplo, na consulta às comunidades onde a indemnização é negociada, mas a experiência de várias empresas em Moçambique mostra que isto raramente produz resultados sustentáveis e duradouros. As perdas significativas registadas nos tribunais pelas empresas mineiras Vale e Rio Tinto são exemplos de que este modelo não é económica nem legalmente viável. A verdadeira inclusão das comunidades na gestão deve ter em consideração os grandes desequilíbrios do poder socioeconómico das partes envolvidas: o sector

privado, o governo e a sociedade civil. É igualmente necessário compreender o modo de vida e de produção das comunidades para que possam ser sugeridas mudanças de modo justo nas suas vidas quando estas forem necessárias para a utilização dos recursos naturais em determinadas zonas. Só assim as comunidades, o governo e as empresas podem contribuir para um futuro pacífico e estável em Moçambique, com maior prosperidade e inclusão social.

Na qualidade de principal organização responsável pela pesquisa de linha de base do projecto TIPS, com estas publicações, o IESE dá total responsabilidade pela fase de capacitação do projecto às organizações parceiras, pelo que este guia não fornecerá instruções directas sobre a realização dos eventos de capacitação. No entanto, esperamos que este guia, com foco nas suas interpretações das dinâmicas dos 15 distritos e com os seus exemplos de resolução de conflitos, tal como outras publicações do projecto, possa estimular o

### Mapa 1: O foco dos 15 distritos incidu na capacitação do projecto TIPS 2022-2023 e nas capitais provinciais



**Tabela 1: Dinâmica da Gestão dos Recursos Naturais nos distritos focais de Tete**

Distrito	Recursos foco da pesquisa	Conflitos de recursos naturais foco da pesquisa	Sugestões para melhorar a gestão/ sucessos	Sociedade civil e organizações comunitárias
11. Mágoè	Recursos pesqueiros; flora e fauna (conservação)	Comunidade piscatória vs. Parque Nacional de Mágoè sobre o reassentamento, pesca e taxas	- Propostas para tornar a canalização dos “20%” mais flexível (Mágoè, Moatize); - A população a ser retirada do Parque Nacional de Mágoè exige que seja disponibilizado um local onde existam infra-estruturas municipais e um espaço para o desenvolvimento da pesca;	- Associações de Apoio e Assistência Jurídica Comunitária (AAAJC) - Justiça Ambiental, Mulheres Paralegais, Sequelecane, Liga dos Direitos Humanos, SIPE, CUUCA - Comissão dos Afectados pela Vale (Bagamoyo, Moatize)
12. Marara	Carvão; solo (agricultura)	Comunidade vs. Jindal sobre benefícios; Reassentamento para a exploração de carvão; mineração vs. agricultura	- As comunidades afectadas exigem que o reassentamento seja feito antes do início da extracção de recursos minerais; - Os comités de gestão dos recursos minerais estão bem capacitados e cientes da legislação e dos seus direitos;	- Comissão dos Reassentados de Chipanga do Bairro 25 de Setembro (Moatize) - Associação das Comunidades afectadas pela exploração mineira em Moatize - Oleiros reassentados pela Vale - Comissão dos Reassentados de Cassoca -Marara
15. Moatize	Carvão; solo (agricultura, olaria)	Comunidade vs. Vale/ Jindal e ICVL sobre benefícios; Poluição; Reassentamento para a mineração de carvão	- As comunidades dão prioridade à apresentação das suas reivindicações sob a forma de cartas; - Manifestações mais pacíficas e criativas: redução da vandalização dos bens e da violência policial; - Forte papel das mulheres nos comités de recursos minerais; - Surgimento de novas formas de solidariedade entre as comunidades afectadas pela exploração mineira	- Comité de Reassentamento de Cassoca (“Grupo 12”) - Vários Conselhos Comunitários de Pesca (CCP) em Mágoè e Cahora Bassa (por exemplo, Calonda) - Conselho Cristão de Moçambique - CGRNs de Daque (Mágoè), Bairro 25 de Setembro, Mualadzi (Moatize) - Aceagrários - Rádio Comunitária de Mágoè

trabalho e os resultados do projecto. Esperamos também que as relações construídas durante o trabalho de campo, assim como na organização e interacção dos workshops de validação possam enriquecer o projecto. Os grupos-alvo deste projecto podem, assim o esperamos, beneficiar das interpretações das dinâmicas de conflito dos recursos naturais da sua província e de outras províncias, de sete exemplos de casos de resolução de conflitos, de vários exercícios e de recomendações contidas neste guia de recursos.

## TETE

O trabalho de campo na província de Tete teve lugar entre Junho e Agosto de 2021, tendo abrangido um total de 30 entrevistados, incluindo trabalhadores, empresários do sector de mineração, pescadores, fiscais, oleiros, criadores de animais, autoridades públicas, pessoal de ONG e membros de associações e comités rurais, activistas sociais, líderes comunitários e religiosos e membros das comunidades afectadas pela exploração de recursos naturais. Seis dos

participantes na pesquisa eram mulheres. À semelhança de outras províncias, em Tete muitas das entrevistas efectuadas nas zonas rurais foram realizadas com grupos focais de mulheres ou homens ou ambos, e os participantes nestas discussões não podem ser incluídos totalmente nestes números. Os principais recursos e os tipos de exploração mencionados nos materiais foram: extracção de carvão, pesca, agricultura, florestas e operações madeireiras (legais e ilegais), olaria e flora e fauna (conservação). A pesquisa centrou-se em cinco distritos, entre os quais optámos por abordar três no projecto mais amplo, nomeadamente **Mágoè** (*recursos pesqueiros, flora e fauna: conservação*), **Marara** (*carvão, ouro, agricultura*) e **Moatize** (*carvão, ferro, solo: agricultura, cerâmica*), utilizando os critérios baseados na nossa pesquisa, com maior impacto potencial para a capacitação e empoderamento das comunidades destes distritos.

Nos distritos de Moatize e Marara, existem grandes quantidades de carvão que estão a ser extraídas por várias empresas mineiras internacionais: a Jindal, a Vale e a International Coal Ventures Limited (ICVL), proprietária das antigas minas da empresa Rio Tinto. Neste contexto, surgiram conflitos relacionados com o reassentamento e a indemnização concedida às comunidades locais que receberam ajuda e beneficiaram da participação de organizações não-governamentais e de algumas autoridades públicas. Desde a chegada desta indústria à província, em 2009, ocorreu uma série de manifestações, bloqueios de estradas, motins e outros tipos de protestos em massa, localmente conhecidos como greves. As greves são organizadas devido à má qualidade das casas construídas nas zonas de reassentamento, indemnização monetária insuficiente, problemas de abastecimento de água, poluição das águas, falta de emprego, de prestação de serviços ou de transportes públicos, terrenos não férteis ou demasiado distantes, mau estado das estradas, promessas que de um modo geral não foram cumpridas, entre outras razões. Recentemente, nas comunidades de Tete onde as ONG providenciaram acções de

capacitação, as manifestações diminuíram e o foco no diálogo foi reforçado, em que grupos compostos por membros das comunidades e dos comités iniciaram conversações através do envio de cartas com reivindicações às empresas de mineração e ao governo. Não só as manifestações são menos frequentes, como também são mais pacíficas e criativas, e a resposta da polícia tornou-se menos violenta.

Para além do carvão, a província possui solos férteis, ouro, ferro, recursos pesqueiros, fauna e flora, entre outros, que podem ser encontrados por excelência no distrito de Mágoè, onde a coexistência entre a comunidade pesqueira e o Parque Nacional de Mágoè tem causado conflitos homem-animal. Tem havido litígios frequentes entre a administração do parque e a comunidade sobre questões relativas ao reassentamento em zonas seguras e sustentáveis do ponto de vista económico.

De acordo com a experiência adquirida durante a pesquisa, consideramos que um desafio para a capacitação do projecto TIPS nestes distritos será a mitigação dos enormes desequilíbrios do poder político, económico e académico entre as partes envolvidas nestes conflitos. Além disso, as narrativas sobre os acontecimentos, tal como contadas pelos vários intervenientes, são muito diferentes e contraditórias. No entanto, os comités estão muito bem treinados em matéria de leis sobre mineração e direitos humanos, verificando-se algum sucesso no envolvimento das mulheres no activismo e na resolução de conflitos, sobretudo o movimento Mulheres Paralegais, que está activo nos dois distritos ligados à mineração, e o Comité de Gestão de Recursos Naturais de Mualadzi (CGRN), em Moatize. O CGRN de Mualadzi é uma organização particularmente activa e influente, constituída pelas pessoas reassentadas pela exploração mineira, que é dirigido por mulheres. Com base nos nossos materiais, observamos que a experiência de confrontar as indústrias extractivas tinha reforçado as afinidades e a solidariedade entre as comunidades afectadas, criando assim uma espécie de “comunidade imaginária” entre comunidades que estão relativamente distantes, nas duas margens do rio Zambeze.

### Caso 1: Reassentamento dos pescadores?

Um dos principais conflitos registados entre a administração do Parque Nacional de Mágoè e a comunidade local, onde se conseguiu uma solução parcial, foi na área da pesca. Antes da existência do parque, os pescadores não enfrentavam restrições nas zonas onde podiam pescar. Isto significava que podiam pescar em qualquer lugar que julgassem ser favorável a esta actividade. Porém, com a criação do parque, foram indicadas zonas específicas onde os pescadores podiam desenvolver a sua actividade, com um raio de cerca de 100 metros da zona residencial e do estuário (zona apropriada para a reprodução do peixe). A comunidade pesqueira queixa-se também de taxas de entrada cobradas aos habitantes de forma arbitrária. Quando os pescadores se queixaram e apresentaram as suas dificuldades em capturar peixe facilmente nos locais indicados e as dificuldades de circulação, o parque, juntamente com a comunidade e alguns líderes comunitários, reuniram-se para resolver o assunto e chegaram a um acordo com vista ao reassentamento numa zona com melhores condições, nomeadamente a construção de escolas, uma unidade sanitária, água potável e a criação de associações de desenvolvimento pesqueiro. Contudo, o reassentamento ainda não teve lugar, nem está programado, o que põe em causa a sustentabilidade e a credibilidade deste acordo. Também não ficou claro quem será responsável pelos custos do reassentamento e pela indemnização pelos prejuízos sofridos pela comunidade.

#### Discussão:

- 1. Conhece casos semelhantes e como foram resolvidos?
- 2. Qual foi a principal razão para o conflito a que se refere?
- 3. Se o conflito ainda não tiver sido resolvido, o que faria, com base na sua função, para o resolver?

#### Exercício:

Criar uma sessão de diálogo aberto em que as pessoas desempenham diferentes papéis num conflito seleccionado (por exemplo, homens/mulheres locais, régulo/rainha, líderes de empresas/parques, funcionários do distrito).

**[DISTRITO DE MÁGOÈ]** O distrito de Mágoè possui uma variedade de recursos, nomeadamente de pesca, flora e fauna. A gestão dos recursos naturais deste distrito esteve inicialmente sob a responsabilidade do projecto comunitário para o uso sustentável do ambiente, da flora e da fauna, denominado Tchuma Tchato (A Nossa Riqueza), que procura o uso sustentável dos recursos naturais através do desenvolvimento de actividades económicas geradoras de fundos, como a caça desportiva. Dos fundos gerados por estas actividades, uma soma equivalente a 20% da receita fiscal anual foi canalizada para as comunidades e utilizada para financiar bens comuns. No entanto, com a criação do parque em 2013, a população local começou a enfrentar restrições no acesso aos recursos, bem como à taxa de 20%, uma vez que o parque já não permite a utilização destes recursos naturais. Dedicar-se, pelo contrário, à protecção total do ambiente. Existe também um conflito em torno das

taxas cobradas arbitrariamente aos habitantes do parque e do não pagamento de indemnizações por reassentamento. A transformação em parque levou à insatisfação, que culminou num conflito entre as partes. Além disso, verificou-se um conflito posterior entre homem-animal porque a protecção das espécies aumenta o número de animais, levando à invasão das casas e jardins das comunidades que circundam o parque, particularmente por elefantes.

**[DISTRITO DE MOATIZE]** Embora possua outros recursos naturais, o distrito de Moatize é geralmente conhecido pela extracção do carvão e pelas grandes reservas deste mineral aí existentes. A exploração mineira ocorre em locais utilizados pela população, ou próximo deles, para viver e realizar actividades como a cerâmica, a agricultura, as pequenas empresas, etc., como no bairro Chipanga, que fica perto da cidade de Moatize e das minas da Vale (agora Jindal) e Rio Tinto (agora ICVL). Devido a este cenário, em alguns casos

foi necessário proceder ao reassentamento e pagar uma indemnização às comunidades nestas zonas. Tanto no caso do reassentamento como das somas pagas em indemnizações aos milhares de oleiros retirados de Chipanga, ocorreram e continuam a ocorrer conflitos entre as comunidades afectadas e as empresas de mineração. Alguns destes reassentamentos foram mal negociados e organizados, originando conflitos difíceis de resolver.

Algumas comunidades que foram afectadas, mas não reassentadas, exigem agora reassentamento e indemnização devido às poeiras, água poluída e fissuras nas casas causadas pela detonação de explosivos utilizados nas minas. A população local também se queixa de longas caminhadas até aos mercados e aos serviços devido às vedações na cidade que vedam um grande número de caminhos. Por exemplo, a distância até ao hospital, que antes era de 5 a 7 km a pé, é hoje o dobro por causa das vedações. Isto tem um impacto particularmente negativo para os idosos, pessoas deficientes e pessoas que precisam de utilizar regularmente estas vias. Os bairros situados nas proximidades das minas da cidade de Moatize e que exigem reassentamento são Nhancherre, Bagamoyo, Primeiro de Maio, Benga e Liberdade. As populações que deveriam ser reassentadas de Mbenga, por exemplo, não chegaram a um consenso com a ICVL sobre o valor da indemnização, embora as casas destinadas ao reassentamento estejam prontas. As negociações sobre os valores da indemnização estão num impasse porque a empresa está a oferecer 25.000 meticais (350 euros), enquanto a comunidade está a exigir 800.000 (11.300 euros). A comunidade quer evitar a situação que aconteceu com os seus antigos vizinhos em Mualadzi em que as pessoas vivem longe da cidade, sem dinheiro, transportes públicos e oportunidades.

A falta de clareza quanto à utilização da taxa de 2,75% dos rendimentos provenientes das minas de carvão e a canalização destes fundos para infra-estruturas, já prometida nas anteriores consultas públicas sobre o reassentamento, é uma das razões que estão na origem da insatisfação, que culmina em conflito. A título de exemplo, o governo distrital prometeu utilizar os 2,75% na reabilitação da estrada que leva ao bairro de Mualadzi, onde vivem cerca de 3.000 habitantes reassentados pela Rio Tinto. No entanto, os habitantes

locais não estão satisfeitos porque o abastecimento de água, emprego e uma estrada pavimentada foram prometidos antes do reassentamento que ocorreu em 2010-2014, e nenhuma das promessas foi cumprida. Todos eles seriam, por si só, objecto de investimento legal, de acordo com a circular do governo (01/MPD-MF/2013), mas a Lei das Minas (20/2014) coloca grande ênfase no direito das comunidades de participarem na decisão relativa à utilização dos fundos.

As organizações da sociedade civil têm desempenhado um papel fundamental na resolução destes conflitos através de reuniões e de capacitação das comunidades afectadas e com os comités de gestão dos recursos naturais. Graças à capacitação e à experiência acumulada nos protestos da última década, muitas comunidades passaram a dar prioridade às cartas de reclamação dirigidas às empresas ou ao governo distrital e ao diálogo, em vez de organizarem grandes manifestações. No entanto, quando não se presta atenção às cartas, e como último recurso, as comunidades continuam a organizar manifestações, como aconteceu recentemente quando as comunidades afectadas paralisaram as operações da Vale e queimaram uma das máquinas da empresa. No entanto, na maioria das manifestações, as comunidades colocam o maior foco na expressão clara e criativa das suas reivindicações (ver a janela abaixo).

Em Dezembro de 2021, a Vale vendeu as suas minas de Moatize e o corredor de Nacala à empresa indiana Jindal, que já estava a extrair carvão em Marara. Para o projecto TIPS, e para a sociedade civil em geral, é da maior importância observar o impacto deste acordo no cumprimento das promessas já feitas pela Vale e para a qualidade do diálogo entre as comunidades e a empresa que, apesar dos desafios existentes, se desenvolveu, de forma significativa, desde o início da mineração.

## Caso 2: A revolta das mulheres de Mualadzi por causa da água

A província de Tete possui indústrias de extracção de carvão que têm vindo a proceder ao reassentamento desde 2009. Todas as empresas envolvidas têm tido conflitos com as comunidades reassentadas e também com as comunidades que vivem perto das minas e que foram expostas às poeiras, à água poluída e a outros problemas. Alguns dos protestos transformaram-se em tumultos violentos, nem sempre provocados pelos manifestantes, mas muitas vezes pela polícia anti-motim, ou seja, a Unidade de Intervenção Rápida (UIR), que dispersa multidões de manifestantes, recorrendo por vezes à violência brutal contra a população. A comunidade reassentada pela Rio Tinto (hoje International Coal Ventures Limited, ICVL) de Cassoca para Mualadzi, no distrito de Moatize, realizou manifestações que terminaram em violência, particularmente em 2013, contra o reassentamento mal negociado para um bairro remoto, que não apresentava quaisquer oportunidades. Nesta manifestação, localmente conhecida como “greve”, vários manifestantes, particularmente homens, foram detidos e um membro da comunidade ficou cego devido à utilização de gás lacrimogéneo pela UIR. Após este motim, a comunidade, constituída na sua grande maioria por mulheres, concluiu que não colocariam os homens na frente dos protestos, mas sim as mulheres, sabendo que a polícia estaria mais hesitante em recorrer à violência contra as mulheres por razões culturais.

Entre as organizações lideradas por mulheres está uma organização de advocacia local particularmente activa e influente, o Comité de Gestão dos Recursos Naturais de Mualadzi (CGRN), que conta com cerca de 150 membros, dos quais 75 % são mulheres de diferentes idades, incluindo a presidente do comité. Em 2014, após uma semana a sobreviver com água de um riacho, após apelos constantes à reparação do sistema de água, que não tiveram êxito, as mulheres da comunidade, incluindo a presidente do comité, decidiram marchar em direcção aos escritórios da administração do distrito do seu bairro e à representação da empresa. As mulheres batiam as suas latas de água e bloquearam a estrada. Tal como era de esperar, quando a polícia chegou, só perguntou o que as mulheres queriam e depois partiram. Como resultado do protesto, a empresa enviou tanques de água ao fim da tarde e camiões para abrir furos de água como sistema de reserva. As mudanças de tática foram motivadas pela experiência da comunidade de repressão policial e também pela sensibilização das ONG para a capacitação das comunidades. A comunidade de Muichi tem feito menos manifestações do que anteriormente. Em vez de manifestações, o comité adopta um maior diálogo e a entrega de cartas de reclamação endereçadas ao governo distrital e à empresa. As manifestações ainda fazem parte dos recursos utilizados pela comunidade, mas apenas em último recurso. Entretanto, as manifestações são mais criativas e menos caóticas do que no passado, com a tentativa de substituir a massa crítica pela clareza e articulação da mensagem.

### Discussão:

- 1. Quais são as vantagens e desvantagens das cartas de reclamação? E das manifestações?
- 2. Como é possível evitar a violência e a repressão policial contra as manifestações?
- 3. Pode dar exemplos de manifestações, dos seus impactos e das respostas das autoridades do seu distrito?
- 4. Qual é o benefício de deixar as mulheres liderar nas comunidades?
- 5. Há mulheres que ocupam cargos de liderança na sua comunidade? Se não, o que está a impedir a sua liderança?

### Exercícios:

- 1. Escreva uma carta de reclamação à empresa de mineração. Que pontos de discussão utilizaria na sua comunidade para se dirigir a uma empresa e a um governo distrital relevantes?
- 2. Criar uma sessão de diálogo aberto em que as pessoas desempenhem papéis diferentes num determinado conflito (por exemplo, homens/mulheres locais, líderes comunitários, líderes de empresas, funcionários da administração do distrito).



**[DISTRITO DE MARARA]** O distrito de Marara é também caracterizado pela exploração de carvão pela empresa de mineração indiana Jindal, que desenvolve a sua actividade no distrito desde 2012. Olhando para os desafios da coexistência entre as empresas Vale e ICVL e as comunidades Moatize, é difícil acreditar que actualmente a situação no distrito de Marara com a empresa Jindal, seja ainda pior. A exploração de carvão também culminou no reassentamento em Marara, uma vez que o projecto foi implementado nas proximidades do local onde a população de Cassoca vivia e a comunidade de Nhansanga cultivava os seus campos. Mas o reassentamento gerou mais conflitos porque a empresa começou a extrair carvão em 2013, antes de o reassentamento ter começado. Com o passar do tempo, as casas das comunidades começaram a estar mais próximas da exploração mineira, que levantava muita poeira, causando um grande mal-estar e uma sensação de “tempo parado” no seio desta população. Para exigir que as promessas fossem cumpridas, a comunidade organizou grandes greves em 2015, 2017 e 2019, paralisando as actividades da empresa durante muitos dias. Em 2015 e 2017, esta situação prolongou-se por mais de três semanas. Neste momento, com o reassentamento, o conflito foi causado devido à má qualidade das casas atribuídas à população e pelos valores pagos como indemnizações, que foram considerados baixos. Os acabamentos dos telhados das casas não foram correctamente executados, o que permitia a infiltração de água durante a época das chuvas. Outro conflito foi causado pela falta de meios de subsistência, uma vez que a agricultura e a mineração artesanal eram a base de sobrevivência desta comunidade, actividades que já não são empreendidas no local onde ela foi reassentada por não existirem terras férteis e devido às reservas de ouro. Em certa medida, as organizações da sociedade civil tentam resolver estes conflitos, mas acham que a Jindal é bem “patrocinada” e até tende a ganhar as causas em tribunal, ao contrário da empresa Vale. Alguns activistas da província protestam o facto de a Jindal nem sequer cumprir as decisões dos tribunais quando perde uma causa. Mesmo que possa ser uma questão sensível e os beneficiários finais nem sempre sejam fáceis de identificar, os potenciais benefícios de expor os cidadãos nacionais envolvidos podem ser temas úteis para discutir durante as acções de formação como uma medida tendente a resolver desequilíbrios de poder e promover a responsabilização.

## INHAMBANE

O trabalho de campo na província de Inhambane foi levado a cabo em Abril e Maio de 2021, abrangendo um total de 34 participantes entrevistados para a pesquisa, sete dos quais mulheres. Os principais recursos e tipos da sua utilização identificados foram a extracção de gás, petróleo e areias pesadas, pesca, turismo, conservação do ambiente e utilização de florestas. O foco da pesquisa incidiu em seis distritos, dos quais escolhemos três, nomeadamente os Distritos de **Inhassoro** (*gás, petróleo e pesca*), **Vilankulo** (*gás, petróleo, madeira, pesca e areias pesadas*) e **Jangamo** (*areias pesadas*), utilizando critérios de maior impacto potencial das acções de capacitação e de empoderamento da sociedade civil e das comunidades destes distritos. Os principais conflitos salientados foram: em primeiro lugar, entre a exploração do gás natural pela empresa sul-africana Sasol, que também envolve elites nacionais, e a população, na sua maioria constituída por pescadores do nordeste da província, nomeadamente em Govuro, Vilankulo e especialmente Inhassoro. Em segundo lugar, identificámos um elevado risco de prevalência de conflitos relativos ao reassentamento e uso da terra no distrito de Jangamo e redondezas, resultantes da extracção prevista de areias pesadas pela empresa Rio Tinto e pelo seu parceiro Matilda Minerais. Estes dois conflitos são muito sensíveis e podem ser difíceis de discutir publicamente para que as comunidades locais e a sociedade civil possam potencialmente beneficiar muito com as acções de capacitação programadas para este projecto. Com base na experiência adquirida durante a pesquisa, estimamos que a colaboração com o governo do distrito de Jangamo poderia constituir um grande desafio. Esta questão poderia ser resolvida através da capacitação das comunidades em competências de negociação e legislatura relevante. Felizmente, como se pode depreender da tabela anterior, existem muitas organizações da sociedade civil na província, as quais se encontram organizadas no âmbito do *Fórum de ONG da Província de Inhambane, gerido pela Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC)*, que é o ponto focal das plataformas distritais da sociedade civil. No workshop de validação, foi apresentada uma proposta inovadora por alguns dos presentes que exige acções de formação para os jovens locais na fase de licenciamento de prospecção mineira, a fim de evitar a situação que ocorreu

no nordeste da província onde, após mais de 10 anos de actividade, os jovens locais praticamente não são recrutados pela Sasol por falta de competências. A capacitação prevista no âmbito do projecto TIPS tem grande potencial para os distritos seleccionados porque são estes os distritos onde os projectos se encontram numa fase crítica no que respeita ao desenvolvimento local e à gestão inclusiva e pacífica.

**[DISTRITO DE INHASSORO]** No distrito de Inhassoro, a pesca é a principal actividade da população, mas este é o distrito onde a Sasol está a extrair gás natural. Neste distrito, os conflitos em torno da pesca, que envolvem os pescadores e os

vendedores, por um lado, e as autoridades marítimas locais, os operadores turísticos e o Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, por outro, são considerados mínimos e, na sua maioria, bem resolvidos. O mais grave é o conflito que envolve a população de pescadores e a Sasol.

Inhassoro é onde se encontram muitos dos poços de gás, bem como o acampamento de Temane, o local onde começa o gasoduto que liga as reservas de gás ao seu destino na África do Sul. Inhassoro é considerado como o foco de conflitos na província de Inhambane, envolvendo em particular os jovens locais, a Sasol e o governo moçambicano, em particular as

**Tabela 2: Dinâmica da Gestão dos Recursos Naturais nos Distritos Focais de Inhambane**

Distrito	Recursos foco da pesquisa	Conflitos de recursos naturais foco da pesquisa	Propostas articuladas para melhorar a gestão/sucesso	Sociedade civil e organizações comunitárias
22. Inhassoro	Pesca; gás natural / petróleo; florestas	Conflitos entre pescadores e a Sasol sobre alegadas perdas de pesca causadas pela exploração mineira; acusações de que a empresa não cria postos de trabalho para os locais	-Formação de jovens nas comunidades pesqueiras de Inhambane -Proposta sobre a formação de jovens nas áreas de exploração de petróleo e gás -Reconciliação entre os interesses de pesca, turismo e conservação em Vilankulo e Inhambane	-Associação Megafauna Marinha, Ocean Revolution, Bitonga Divers - Antiga Mesquita -CGRN de Pambara (Vilankulo), Cometela, Závêla e Inhapel (Inhassoro) - Associação dos Pescadores de Vilankulo -Associação Moçambicana de Pescadores de Inhassoro (AMOP)
23. Vilankulo	Pesca; gás natural/ petróleo; pedras preciosas	Conflitos entre pescadores e a Sasol; Extracção ilegal de pedras preciosas e extracção de madeira e produção de carvão vegetal; Danos nas artes de pesca	-Introdução de épocas de defeso e piscicultura - Acordo de Desenvolvimento Local elaborado entre o Estado, a Sasol e as comunidades - Propostas de capacitação dos comités de gestão das florestas e dos recursos marinhos	- Associação Juvenil Desportiva e Cultural de Inhassoro (AJUDESSE) (Inhassoro) -Centro Terra Viva - Conselho Comunitário de Pesca (CCP) de Inhassoro - Rainha de Mikokuene (Inhassoro) - Régulos de Chitsotso e Maimelane (Inhassoro)
27. Jangamo	Areias pesadas	Conflitos latentes entre as comunidades e a Rio Tinto sobre o reassentamento e o benefício local da extracção programada de areias pesadas	-Maior envolvimento das autoridades locais nos processos de licenciamento - Envolvimento das comunidades na fiscalização	- Fórum provincial das ONG de Inhambane, gerido pela Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC) e plataformas distritais

suas forças repressivas. Existe conflito devido à investigação sísmica que a Sasol está a realizar nas águas da Baía de Inhassoro, que alegadamente afecta o ecossistema marinho, segundo os pescadores, que prevêem um impacto negativo nas suas actividades. Qualquer impacto na pesca também envolve as mulheres, que são as principais responsáveis pela venda de produtos marinhos. Neste momento, as partes envolvidas encontram-se num impasse.

O conflito entre a Sasol e a população local, sobretudo os homens e mulheres jovens que se sentem excluídos do acesso ao emprego nos vários projectos da Sasol, alegam o incumprimento das promessas feitas no âmbito da responsabilidade social da empresa, e registam a falta de transparência na aplicação, pelo governo local, dos 2,75% destinados às comunidades pelo Estado para a implementação dos projectos da comunidade. A população, incluindo os líderes comunitários, também se sente excluída dos processos de tomada de decisões. Tal como em muitos outros mega-projectos em Moçambique, existem também relações problemáticas entre o Estado e a empresa, embora no caso de revoltas locais possam parecer unidos aos olhos do público.

**[DISTRITO DE VILANKULO]** No distrito de Vilankulo, os conflitos estão relacionados com a pesca e envolvem pescadores, operadores turísticos, turistas e as autoridades que regulam o sector das pescas no que diz respeito a zonas, artes de pesca e períodos e temporadas de pesca. O conflito entre a população pesqueira e a Sasol devido à investigação sísmica é repetido neste distrito. Acredita-se que esta investigação possa afectar a pesca, pois as ervas marinhas são danificadas, que são importantes para os peixes e outros animais marinhos. Outros conflitos, que ainda se encontram numa fase latente, estão relacionados com a extracção de pedra/calcário para fins de construção, assim como a utilização de recursos florestais para a obtenção de lenha, carvão vegetal e madeira. Embora exista uma associação de madeireiros e vários comités de gestão de recursos florestais, prevalecem os operadores ilegais, prejudicando os interesses dos operadores licenciados e das comunidades. Subsiste o problema das somas insignificantes dos 20% das receitas das operações florestais destinadas às comunidades, bem como as irregularidades na forma como o dinheiro é canalizado.

Existe também um conflito, ainda na sua fase latente, relacionado com a extracção de areias pesadas, uma vez que os minerais ocorrem na área das dunas, próximo da praia. Este projecto implica o reassentamento da população, uma vez que há pessoas a viver dentro da área concessionada. O proponente do projecto é a mesma empresa (Haiyu Mozambique Mining Co. Lda), responsável pela extracção de areias pesadas em Angoche, para grande insatisfação da população e do governo distrital local. A exploração mineira nas dunas cria riscos relativamente aos valores estéticos da paisagem costeira, e consequentemente para o turismo, que é uma área muito importante para a economia e qualidade de vida em Vilankulo.

**[DISTRITO DE JANGAMO]** Actualmente, as atenções da sociedade civil devem virar-se para a extracção de areias pesadas no distrito de Jangamo, levada a cabo pelas empresas Rio Tinto e Matilda Minerals. Este é um projecto ainda em fase de implementação, com uma área licenciada de cerca de 400 quilómetros quadrados, o que corresponde a quase um terço da área do distrito. Prevê-se que o projecto inclua uma componente de reassentamento de famílias numa parte da área licenciada, facto que poderá originar vários tipos de conflito. No decurso da pesquisa, os conflitos ainda não eram muito visíveis, mas isto pode dever-se, em parte, à limitação do material de pesquisa, o qual tinha sido produzido maioritariamente fora do distrito, por razões explicadas com mais pormenor no Relatório de Pesquisa deste projecto. Actualmente é óbvio que nem o governo distrital nem as organizações da sociedade civil conhecem em detalhe os planos da Rio Tinto em Jangamo, nem estão em condições de avaliar correctamente os seus impactos positivos e negativos. É de salientar que o proponente do projecto é a mesma empresa que explorou carvão em Moatize, para grande insatisfação da população afectada e reassentada, e que deixou um legado visível até hoje. De um modo geral, os projectos de mineração industriais criam mais postos de trabalho no início do projecto do que quando a actividade já está estabelecida. No entanto, os impactos negativos para a área da concessão e para a população reassentada são duradouros ou permanentes.

### Case 3: Exploração de areias pesadas em Jangamo versus extracção de carvão em Tete

Neste momento, estão em curso em Jangamo consultas comunitárias sobre a exploração de areias pesadas e estudos de impacto ambiental. Há ainda alguma possibilidade de as negociações poderem ser feitas de modo a satisfazer as necessidades e os desejos das partes envolvidas. Por estas razões, reveste-se de extrema importância acompanhar os desenvolvimentos do projecto e as formações do Projecto TIPS. Ainda é possível evitar os problemas, a insatisfação generalizada e o interminável recurso aos tribunais que os reassentamentos das empresas mineiras Jindal, Vale e Rio Tinto causaram na província de Tete. Ao contrário das reivindicações dos apoiantes do projecto em Jangamo e Inhambane, a Rio Tinto não teve um grande sucesso nem em termos económicos nem em questões de sustentabilidade ambiental ou social em Tete. A mina da Rio Tinto foi vendida em 2014, com grandes prejuízos para a empresa Indian International Coal Ventures Limited (ICVL), após o reassentamento de 2010-2014, que foi muito contestado e criticado pelos defensores dos direitos humanos, gerando conflitos que até hoje ainda não foram resolvidos (Caso 2).

#### Exercícios:

1. Leia uma secção respeitante a Moatize no capítulo sobre Tete e o Caso 2 e discuta sobre o modelo de negócio da Rio Tinto com base no caso analisado: mudou a sua opinião sobre a Rio Tinto?
2. Criar uma sessão de diálogo aberto onde as pessoas desempenhem diferentes papéis sobre um determinado conflito (por exemplo, homens/mulheres locais, líderes comunitários, líderes de empresas, funcionários distritais).

## SOFALA

O trabalho de campo na província de Sofala teve lugar em Junho e Julho de 2021, abrangendo um total de 39 entrevistas gravadas a cerca de 65 pessoas, 15 das quais mulheres. Especialmente nas zonas rurais de Sofala, muitas das entrevistas foram realizadas em grandes grupos focais de mulheres, homens ou grupos mistos, e nem todas elas estão incluídas nestes números. Os principais recursos e tipos da sua utilização mencionados nas entrevistas foram a agricultura, a extracção de pedra, incluindo pedra calcária e basalto, a extracção de ouro, a exploração florestal (legal e ilegal), a conservação do ambiente, a caça de subsistência (caça furtiva) e a caça de troféus (legal). Nos materiais referentes a Sofala, registam-se duas especificidades, nomeadamente o impacto do conflito militar, que teve o seu pico recente entre 2013 e 2016, e o impacto das mudanças climáticas. Os dois aspectos estão presentes em quase todo o material de pesquisa. A pesquisa centrou-se em cinco distritos, dos quais foram escolhidos três, nomeadamente **Gorongosa** (*ouro, solo, fauna bravia*), **Nhamatanda** (*pedra, solo, agricultura*) e **Muanza** (*calcário, fauna bravia*), com base nos critérios de maior impacto potencial da capacitação e do empoderamento da sociedade civil e das comunidades destes distritos.

Em todos os distritos focais, o principal conflito salientado foi entre o Parque Nacional da Gorongosa (PNG) e a população predominantemente agrícola da zona tampão do Parque. As disputas dizem respeito às restrições à utilização dos recursos do Parque para fins de subsistência, e na zona tampão onde vivem cerca de 150.000-200.000 pessoas, devido ao reassentamento sem indemnização para as comunidades afectadas e aos meios violentos, repressivos e culturalmente insensíveis utilizados pelos fiscais do Parque. Uma vez que a área de conservação total é gerida pela fundação Carr American, existe um grande desafio – a resolução do conflito entre os interesses económicos da população e os interesses conservacionistas, estéticos e turísticos. As coutadas de caça desportiva, que fazem parte do mesmo ecossistema do Parque, tornam o conflito homem-animal ainda mais grave. Isto acontece especialmente com as coutadas – e a sua fauna – que foram abandonadas após o ciclone Idai. Esta situação foi analisada em pormenor no policy brief publicado pelo projecto TIPS '*Acesso Restrito: Zonas encerradas pela exploração mineira (Cabo Delgado) e pela conservação (Sofala)*'.

**Tabela 3: Dinâmica da Gestão dos Recursos Naturais nos Distritos Focais em Sofala.**

Distrito	Recursos foco da pesquisa	Conflitos de recursos naturais foco da pesquisa	Propostas articuladas para melhorar a gestão / sucessos	Sociedade civil e organizações comunitárias
16. Gorongosa	Ouro; solo; fauna bravia (conservação)	Comunidades mineiras camponesas vs. Parque Nacional da Gorongosa / Estado, incluindo conflito homem-animal; mineração artesanal (garimpo) vs. agricultura	- Criação do Grupo de Paz na Gorongosa, de como a incluir os intervenientes religiosos, mulheres de influência, líderes comunitários e combatentes desmobilizados - Capacitação dos CGRN e das comunidades pelo SDAE e pelas ONG	-ORAM, ADEL - Grupo de Paz da Gorongosa - Associação dos Mineiros Artesanais de Nharichonga - Associações agrícola e pecuária 1º de Maio e Metuchira-pita (Nhamatanda) - Associação Fambizanai (Nhamatanda), - Associação dos Mineiros Artesanais da Gorongosa (AMAG) -CGRN de Tambarara (Gorongosa) - Associação Boas-Vindas, Associação Agrícola e Pecuária Chibatano Nhamilonga (Gorongosa)
17. Nhamatanda	Pedra; solo (agricultura)	Pedreiras vs. população; conflitos de terras; Parque vs. Comunidades, sobretudo em Metuchira	- Avaliação dos CGRN pela ADEL - Projectos de desenvolvimento local do Parque Nacional da Gorongosa para compensar os impactos negativos	
18. Muanza	Pedra (calcário); fauna bravia (conservação)	Comunidades camponesas vs. Parque/Estado e reservas de caça, incluindo o conflito homem-animal.	- Legalização de algumas associações de mineiros artesanais (garimpeiros)	

Contudo, pode considerar-se um sucesso que, em quase todos os distritos de Sofala, o trabalho dos Comitês de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) tenha minimizado os conflitos, através da realização de palestras de sensibilização sobre os conflitos entre as pessoas e a fauna bravia, caça furtiva, queimadas descontroladas, abate ilegal de árvores, o papel das mulheres, etc. Entretanto, na zona tampão do Parque foram observadas tensões entre as comunidades e os CGRN em vários casos, embora os comités devam representar as comunidades. Nestes casos, as populações locais consideravam que os comités que fiscalizam as actividades económicas na zona e que entregam à polícia os jovens das comunidades envolvidos em actividades proibidas representam os interesses do Parque, e não os da comunidade. A avaliação dos CGRN feita por Adel-Sofala aponta para outros problemas no seu funcionamento, tais como a canalização dos valores dos 20% com atrasos, comités mal organizados e somas canalizadas para bens privados, em vez de beneficiar as comunidades (ver a janela abaixo). Como

se pode ver na tabela anterior, existem muitas organizações da sociedade civil na província, e como se pôde constatar no seminário de validação, um debate social pode ser muito rico. Os distritos em que o debate se concentra têm um grande potencial para beneficiar das acções de capacitação.

**[DISTRITO DE GORONGOSA]** O distrito de Gorongosa é considerado como o celeiro da província de Sofala devido à riqueza dos recursos naturais do distrito. Os recursos potenciais encontrados neste distrito são ouro, madeira, recursos florestais e fauna bravia, pecuária e pedras preciosas. O solo é particularmente fértil e existem muitos rios que podem ser utilizados na irrigação.

Um dos conflitos existentes é entre as autoridades e as associações de mineiros informais não licenciados (garimpeiros). A maioria dos que garimpam ouro não têm licença. O garimpo envolve muitos camponeses locais que descobrem ouro nos seus campos e o extraem sem qualquer licença. Por vezes, são surpreendidos pelas autoridades, o

que provoca conflitos com eles. Existem também crianças e mulheres envolvidas no garimpo nestas zonas consideradas como estando em conflito, porque ocorrem actos de violência, roubos e mortes. Por outro lado, o licenciamento de actividades é extremamente demorado, complicado e caro, como se explica mais detalhadamente no policy brief do projecto TIPS *'Mineração artesanal (Garimpo) do ouro: das operações clandestinas a uma contribuição para o desenvolvimento local?'*, que faz parte da pesquisa deste projecto. O primeiro reconhecimento legal de uma associação de mineiros artesanais (garimpeiros) no distrito, em Tsiquiri, no posto de Tambara, levou mais de dez anos desde que o ouro foi descoberto e eles continuam a extraí-lo sem licença de mineração. A sul e a norte da cidade, nas comunidades que tradicionalmente apoiam a Renamo – como é o caso da localidade da Casa Banana – não foi aprovado nenhum processo de legalização do garimpo, embora as grandes descobertas de ouro tenham atraído a atenção de compradores e funcionários do Estado. A inclusão dos simpatizantes da Renamo na mineração de ouro e outro tipo de utilizações dos recursos naturais deve ser encorajada, visando travar o círculo vicioso da exclusão social e da violência armada.

Uma vez que este é um distrito que se sobrepõe ao Parque Nacional da Gorongosa (PNG) e à zona tampão do PNG, existem conflitos entre a comunidade e o Parque. Algumas comunidades vivem quase inteiramente dentro do Parque, e é aí onde se encontra uma grande parte dos recursos: terra fértil, florestas, apicultura e mineração. Actualmente, o conflito entre a comunidade e o Parque é mais frequente e violento devido às regras estabelecidas pelo Estado e pelo Parque que proíbem a comunidade de caçar, pescar, tirar mel das árvores e de cultivar, porque se estas regras forem infringidas, há consequências graves. Quando o PNG e os membros do Comité de Gestão dos Recursos Naturais de Tambara intensificaram recentemente a sua fiscalização, encontraram sete quilos de armadilhas utilizadas na caça furtiva.

O abate ilegal de árvores é uma das causas de conflito com as autoridades públicas. Muitos madeireiros ilegais entram e operam sem licença. A sua entrada é muitas vezes influenciada pelas autoridades comunitárias que cuidam dos

recursos deste distrito, e esta prática causa conflitos com a comunidade, que também está proibida de cortar árvores. Quando os membros da comunidade são encontrados a cortar árvores, são levados à polícia, mas os operadores raramente sofrem qualquer sanção. Por exemplo, há alguns anos, na zona tampão, numa localidade a norte da cidade, a população local que estava a cortar árvores para construir salas de aula foi detida.

**[DISTRITO DE MUANZA]** Muanza situa-se a 162 km a norte da cidade da Beira, no interior da vasta floresta de Cheringoma. Encontra-se ao longo da linha férrea de Sena, que liga Dondo a Moatize, em Tete. Os recursos potenciais encontrados neste distrito são areia, calcário, flora e fauna. Uma vez que é também um distrito que faz parte da zona tampão do Parque Nacional da Gorongosa, um dos principais conflitos regista-se entre a comunidade e o Parque. O Parque proíbe a comunidade de praticar a caça e o desmatamento dentro da área de conservação. A comunidade está insatisfeita porque depende destes recursos para a sua subsistência. Outra causa deste conflito entre a comunidade e o Parque prende-se com o Lago Urema, que é uma área que pertence ao Parque, que só foi utilizada em 2016 para a conservação e ecoturismo, devido à falta de capital humano do Parque. A população continuou a utilizar o lago para as suas actividades, mesmo agora que o Parque implementou efectivamente a sua proibição de a comunidade o utilizar. A comunidade queixa-se também de assédio por parte dos guardas florestais do Parque. Outro conflito neste distrito verifica-se entre a comunidade e as pedreiras de calcário, que causam poluição e não empregam significativamente membros da comunidade.

**[DISTRITO DE NHAMATANDA]** Nhamatanda é um distrito rico em pedra usada na construção civil, como o basalto. As maiores pedreiras de Sofala encontram-se neste distrito. Nhamatanda possui um solo rico, e como o nome indica, com muitos animais. Os mineiros de pedra artesanal acreditam que no meio do basalto e da pedra de construção, existe também ouro e outras pedras preciosas. Sendo este um distrito com solos férteis, favoráveis à agricultura, foram recentemente criadas muitas associações de agricultores, com vista a desenvolver o potencial agrícola e maximizar os ganhos de produção, algumas com o apoio de uma

#### Caso 4: Abuso dos 20%

Numa localidade remota de Sofala, houve uma gestão particularmente má do fundo de 20%. Um presidente do CGRN e um régulo (um chefe do sexo masculino) utilizaram o valor em seu próprio benefício. Compraram bicicletas, motocicletas e moinhos de farinha para as suas famílias e a comunidade nada sabia sobre a gestão destes fundos e sobre o seu direito de beneficiar deles e de decidir como deveriam ser utilizados. Quando as autoridades locais do SDAE tomaram conhecimento do caso, começaram a controlar a gestão dos 20%. O SDAE ordenou que tudo fosse feito e adquirido através de consulta à comunidade, que as quantias fossem apresentadas à comunidade, a qual deveria decidir como utilizar ou investir o dinheiro, a fim de melhorar as suas vidas. Actualmente, segundo as autoridades públicas, as chefias não enfrentam problemas na gestão dos fundos porque as autoridades conseguiram resolver o problema a favor da comunidade. A comunidade foi informada de todos os direitos e das cláusulas relativas à gestão dos 20%. Devido à narrativa que salienta o papel do SDAE, não sabemos até que ponto as organizações da sociedade civil e a comunidade contribuíram para a solução. Preferimos manter o anonimato neste exemplo, porque não queremos alimentar potenciais tensões entre as autoridades públicas e as autoridades herdeiras, que são particularmente fortes na província de Sofala, muitas vezes com dimensões partidárias. Mas também assistimos a casos semelhantes nas outras províncias, onde a má fé ou a falta de informação foram as explicações contraditórias dadas pelas partes envolvidas para explicar a má gestão de fundos no seio dos CGRN.

#### Discussão:

- 1. Conhece outros casos semelhantes, e sabe como foram resolvidos?
- 2. Qual foi a razão para a má gestão no caso mencionado?
- 3. Se o conflito não tivesse sido resolvido, o que faria, com base na sua função, para o resolver?

#### Exercício:

- Criar uma sessão de diálogo aberto onde as pessoas desempenham diferentes papéis num determinado conflito (por exemplo, homens/mulheres locais, um régulo/uma rainha local, funcionários de distrito, etc.).

associação nacional de agricultura, a Oram<sup>2</sup>. De acordo com os relatórios do presidente de uma associação agrícola deste distrito, tem havido frequentes conflitos entre a associação e o conselho municipal, que retirou 100 hectares dos campos dos membros da associação, concedidos pela Oram, e vendeu-os a outros, particularmente a uma empresa chinesa. Há casos em que o campo do antigo proprietário é demarcado pelo novo proprietário. Esta situação tem criado muitos conflitos nesta região. Devido à recuperação da fauna bravia pelo Parque, embora seja ela própria positiva, tem gerado conflitos frequentes também em Nhamatanda, devido ao crescente desequilíbrio entre os animais e as pessoas. Estes conflitos têm

sido difíceis de contornar. Os elefantes por vezes deslocam-se do Parque para comerem as colheitas dos membros da comunidade. Recentemente registaram-se dois casos de mortes causadas por elefantes. Um membro da comunidade de Metuchira, na zona tampão, respondeu protestando que se deveria mudar o nome do Parque para 'Parque Nacional de Nhamatanda'. Também se têm verificado conflitos entre as pedreiras e a comunidade, que está insatisfeita com o facto de estas não estarem a cumprir o acordo no âmbito da sua responsabilidade social. A legalização da pedreira artesanal local pode ser considerada como um sucesso, uma vez que minimizou este conflito.

<sup>2</sup> Associação Rural de Ajuda Mútua.

**Tabela 4: Dinâmica da Gestão dos Recursos Naturais nos distritos focais no Niassa**

Distrito	Recursos foco da pesquisa	Conflitos de recursos naturais foco da pesquisa	Propostas articuladas para melhorar a gestão / sucessos	Sociedade civil e organizações comunitárias
2. Sanga	Florestas e fauna bravia	Empresa madeireira e a comunidade: exclusão social nos comités	- Envolvimento das OSC nas políticas e agendas de gestão dos recursos naturais -Utilização das rádios comunitárias para informar e sensibilizar o público - Plantio de árvores (acácias e pinheiros), em vez de produzir carvão vegetal (Sanga) -Suspensão das actividades de mineração da empresa chinesa que estava em conflito com a associação Ntaka Nwetu de mineiros artesanais de rubi (Mavago) -Legalização de Ntaka Nwetu	- Comitês de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) de Chipanje Chetu (Sanga) e Muichi (Nipepe) -Conselho de Gestão Comunitária (COGECO) e CGRN em Sanga -Yambone, Oram, AGIR, Estradas, Fórum das Organizações Femininas do Niassa (FOFEN), Amungi, União Provincial de Camponeses (FUNAC) - Organização Samora Moisés Machel (de mulheres que trabalham no mercado com esse nome, Sanga) - Rádios Comunitárias (RC) de Sanga (RC Sanga-Malulu), Nipepe, Mecanhelas, Majune, Mandimba, Cuamba e Metarica
3. Mavago	Rubis; Florestas e fauna bravia (conservação)	Mineiros informais da localidade de Lilasi contra uma empresa mineira chinesa/ Reserva Especial do Niassa	- 4 cooperativas de mineração artesanal (garimpo) de ouro criadas em Lupilichi (Lago) com acções de responsabilidade social -Colaboração entre a Oram, os media e o governo sobre a gestão dos recursos minerais (grafite) em Nipepe	-Régulos (do sexo masculino) de Namairi, Manlia e Muichi (Nipepe) e Macaloge (Sr. Rajabo Sualeia, Sanga) -Rainhas Che Kalange, Che Chipengo e Che Nampanda em Sanga - Associação Ntaka Wetu (Mavago) para a mineração artesanal de rubis
5. Nipepe	Grafite; ouro; madeira	Disputas sobre os benefícios sociais da mineração de grafite, reassentamento e terra		

## NIASSA

O trabalho de campo na província do Niassa foi realizado de Maio a Julho de 2021, abrangendo um total de 38 participantes na pesquisa, quatro dos quais mulheres. Os entrevistados eram pessoal do SDAE, empresários (operadores), fiscais, autoridades públicas, pessoal de ONG, pessoal da rádio comunitária, paralegais, chefes, garimpeiros, membros das associações e dos comités das comunidades afectadas pela utilização dos recursos naturais. Os principais recursos e tipo da sua utilização mencionados nos nossos materiais foram a extracção de ouro, rubis, grafite e florestas, especialmente a exploração de madeira, a conservação da flora e fauna e a

caça desportiva. A pesquisa centrou-se em cinco distritos, dos quais escolhemos três para nos concentrarmos no projecto mais vasto, nomeadamente: **Mavago** (rubis, água-marinha, fauna bravia), **Nipepe** (madeira, grafite, ouro, agricultura) e **Sanga** (florestas e fauna bravia). Para esta selecção, utilizámos o critério do maior impacto potencial do desenvolvimento de capacidades com base na nossa pesquisa e no empoderamento das comunidades nestes distritos.



Os principais conflitos nestes distritos foram os registados entre pessoas e animais, devido à invasão das comunidades e dos seus campos por estes; o conflito devido ao atraso no pagamento dos troféus pelos empresários que, por sua vez, levou a um atraso na atribuição dos 20% às comunidades (Mavago, Sanga); o conflito entre os fiscais da reserva e os mineiros informais (garimpeiros) da associação legalizada Lilasi em Mavago; e o conflito entre as comunidades e as associações rurais. O conflito mais proeminente foi o que se verificou entre a comunidade e a empresa DH Mining em Nipepe, onde as relações entre a comunidade e o governo distrital não são das melhores (mais detalhes no policy brief do projecto TIPS ‘Reassentamentos mais decentes’).

De um modo geral, existe contacto das comunidades com os governos distritais e as empresas que operam no local. Por outro lado, compreendemos que é necessário aumentar o acompanhamento das comunidades afectadas pelos recursos por parte do governo, a fim de se entender melhor as dificuldades com que elas se deparam nas suas relações com as empresas. Nesta província, existem alguns casos de sucesso (Caso 5) na colaboração entre o Estado e a sociedade civil, da qual resultou uma maior capacitação das comunidades. Apesar desses casos de sucesso, existe uma grande desconfiança nas relações entre os governos distritais e as ONG, o que tem um impacto negativo na colaboração entre os governos distritais e as comunidades.

**[DISTRITO DE NIPEPE]** O foco neste distrito é a mineração de grafite, programada pela empresa DH Mining, que opera no distrito desde 2017, e a exploração de madeira. Regista-se igualmente a ocorrência de ouro, que está a ser explorado ilegalmente, e as águas-marinhas, que neste momento não estão a ser efectivamente extraídas. Um dos problemas neste distrito é o atraso no cumprimento das actividades de responsabilidade social que as empresas têm para com as comunidades, as quais deveriam ser os principais beneficiários dos recursos naturais, de acordo com a legislação. A solução encontrada para o conflito entre os madeireiros e as comunidades foi a suspensão da exploração de madeira até os operadores cumprirem as suas responsabilidades sociais.

O problema enfrentado pela comunidade Muichi, localizada a cerca de 10 quilómetros da cidade, é a questão do reassentamento. A população não tem qualquer garantia sobre o tipo de casas que serão construídas pela empresa DH Mining, nem qualquer conhecimento de quando o reassentamento terá lugar. A comunidade recusou o local do reassentamento e os campos sugeridos pelo governo, para grande descontentamento do SDAE local. Considerando que o distrito de Nipepe está localizado próximo dos distritos focais em Cabo Delgado, particularmente Balama, que tem outra empresa de mineração de grafite, sugerimos que parte da capacitação das comunidades de Nipepe seja organizada no distrito de Montepuez, juntamente com as comunidades de Cabo Delgado. A comunidade de Muichi, em particular, poderia beneficiar da interacção com as comunidades afectadas em Balama, onde a extracção de grafite se encontra numa fase mais avançada.

Outro conflito existente neste distrito é entre os garimpeiros, os inspectores do SDAE e a polícia. Uma solução possível é criar associações para legalizar a mineração informal no distrito, como por exemplo em Namuno, Cabo Delgado. No entanto, as autoridades lamentam que a associação dos grupos informais seja muito cara para as comunidades carenciadas e que a decisão final sobre o licenciamento não esteja nas mãos do governo distrital, mas sim do governo provincial. As acções de formação poderiam incluir a capacitação para que se obtenha o reconhecimento legal das associações mineiras e desenvolver a sua gestão.

**[DISTRITO DE MAVAGO]** Uma das actividades mais notórias relacionadas com os recursos naturais neste distrito é a Reserva Especial do Niassa. Em termos de utilização de recursos naturais, encontramos a exploração e mineração de rubis e outras pedras preciosas coloridas no posto administrativo de Msawizi, que foi iniciado por mineiros artesanais em 2007/2008 e teve, em seguida, uma fase de mineração industrial, facto que, no entanto, causou o conflito entre a empresa de mineração estrangeira e os fundadores da exploração das pedras preciosas. No posto de Milepa, há a ocorrência de fauna bravia e ouro que não é extraído. Devido à conservação da fauna, há também conflitos entre as populações e os animais. A solução sugerida para o conflito homem-animal é a intervenção dos guardas florestais e

da polícia ambiental da Reserva. No entanto, os guardas florestais e a polícia levam normalmente muito tempo a chegar, enquanto os animais que atacam abandonam rapidamente o local.

**[DISTRITO DE SANGA]** Sanga é um distrito situado no norte da província, com uma abundância de florestas e fauna bravia. Embora latente, o principal conflito em Sanga verifica-se entre a empresa madeireira e a comunidade. Neste momento, a empresa norueguesa Green Resources Ltd. tem uma relação paternalista com a comunidade e já patrocinou uma rádio comunitária e alguns programas sociais. Contudo, há queixas porque a empresa não está a criar postos de trabalho suficientes a nível local. Segundo o Atlas de Justiça Ambiental,

as actividades da empresa, que tem uma área licenciada de cerca de 126.000 hectares em Sanga e noutros distritos, envolvem riscos para as populações locais. Entre estes riscos estão a perda de meios de subsistência, a perda de terras e de conhecimentos tradicionais locais, violações dos direitos humanos e dos valores mnemónicos como resultado da substituição de florestas nativas biologicamente diversas por monoculturas de eucalipto. Do lado tanzaniano da fronteira, e de acordo com a Justiça Ambiental e outras organizações ambientais da África Austral, uma equipa da organização ambiental que estava a monitorizar as actividades dos Recursos Verdes foi recentemente detida.

### **Caso 5: Colaboração entre a sociedade civil e o Estado em Nipepee**

No contexto da colaboração entre o Estado e a sociedade civil na província do Niassa, um bom exemplo é o projecto na base da colaboração entre a Oram e o governo do distrito de Nipepe relativamente à gestão dos recursos minerais, sobretudo grafite. Este projecto tem tido o mérito de corrigir algumas irregularidades no projecto da empresa DH Mining. As irregularidades nas actividades da empresa foram reveladas num projecto de colaboração entre a Oram, o governo e os meios de comunicação social públicos (TVM, RM e o jornal Notícias). Por exemplo, graças ao projecto, chegou ao conhecimento público que a empresa já tinha começado a construir as suas instalações e a empreender o reassentamento inicial antes de possuir uma licença ambiental e antes de organizar as consultas comunitárias exigidas por lei. Em resultado disso, o governo decidiu suspender as actividades da empresa em 2019. O conflito foi resolvido em parte, permitindo à comunidade redefinir o local do reassentamento e preparar os seus campos agrícolas de forma independente. Contudo, existe ainda uma grande desconfiança entre a comunidade e o governo distrital. Uma das razões para tal é que o governo distrital acredita que a comunidade, que não seguiu a orientação do governo sobre o local de reassentamento, só poderia ter sido manipulada através da agitação das OSC. A situação da comunidade de Muichi foi analisada de forma mais detalhada no policy brief do projecto TIPS 'Mais reassentamentos decentes? Lições de Tete para outras províncias'.

#### **Discussão:**

- 1. Conhece outros casos de uma parceria eficaz entre o governo e a sociedade civil?
- 2. Quais são os obstáculos típicos que levam ao insucesso na colaboração entre a sociedade civil e o Estado?
- 3. Como se pode garantir o sucesso na colaboração entre a sociedade civil, as comunidades e o Estado?

#### **Exercício:**

- Criar uma sessão de diálogo aberto em que as pessoas desempenham diferentes papéis num determinado projecto na base de colaboração (por exemplo, homens/mulheres locais, uma empresa, um régulo/rainha local, funcionários do distrito).

sanitárias, para comprar equipamento de futebol e máquinas de costura, entre outros. O pessoal da Oram afirma que os comités da zona de Chipande Chetu estão entre os mais bem qualificados de toda a província. Contudo, as actividades da empresa Recursos Verdes devem ser monitorizadas devido ao grande desequilíbrio de poder existente entre a empresa multinacional de madeira e as comunidades rurais.

## REFLEXÃO

As comunidades dos distritos concentrados têm um grande potencial para beneficiar das acções de capacitação previstas. Existem potenciais parceiros com grande experiência em advocacia, tais como a ORAM-Niassa e Roads, assim como comités e líderes comunitários fortes, por exemplo, na área de Chipande Chetu, Sanga. Contudo, verificam-se ainda grandes desafios, tais como o facto de as comunidades terem de enfrentar empresas de mineração e madeiras estrangeiras e multinacionais, tais como a Green Resources e a DH Mining, com muito mais poder económico, político e académico e com relações directas com o governo central. Como sugerimos no *policy brief* do projecto TIPS *‘Mais reassentamentos decentes? As lições de Tete para outras províncias’*, as comunidades do Niassa, que ainda têm pouca experiência de mega-investimentos e reassentamentos, poderiam beneficiar significativamente de acções de capacitação inter-provinciais centradas na análise de conflitos e na sua resolução. Nestas reuniões, estas comunidades poderiam, por exemplo, interagir com a organização comunitária das zonas afectadas pela exploração mineira em Tete e com as OSC da província com uma longa experiência de mediação de conflitos ligados aos recursos naturais. Sugerimos a inclusão de Oram nestes encontros devido a um projecto de colaboração desta organização com o Estado de Niassa e que chamou a atenção das OSC da província e das autoridades públicas no caso da exploração mineira de grafite pela DH Mining. Devido à localização do distrito de Niassa, longe da capital provincial e perto da fronteira com Cabo Delgado, pode ser uma boa ideia que os participantes deste distrito participem na capacitação juntamente com os participantes de Cabo Delgado, particularmente de Balama, que tem uma dinâmica semelhante ligada à mineração de grafite. Sugerimos também a associação Ntaka Wetu de garimpeiros de Mavago, devido à sua relativa autonomia na exploração e extracção de pedras preciosas e à sua experiência em enfrentar a empresa de mineração chinesa na defesa dos seus direitos.

## CABO DELGADO

O trabalho de campo na província de Cabo Delgado decorreu de Julho a Agosto de 2021, produzindo um total de 41 entrevistas (11 delas com mulheres), na sua maioria não gravadas, com os mineiros e empresários de ouro e rubi, particularmente nas minas artesanais de ouro, trabalhadores da extracção industrial de grafite, ouro e rubi, autoridades públicas, pessoal das ONG e membros das associações e comités rurais, activistas sociais, líderes comunitários e religiosos, assim como membros das comunidades afectadas pela extracção industrial. É do conhecimento público que a província de Cabo Delgado possui um vasto e diversificado potencial de madeira, fauna bravia, hidrocarbonetos e recursos minerais. No caso dos minerais, existem registos da ocorrência de vários minerais em zonas sob a gestão directa do Estado e outras áreas sugeridas por empresas privadas ou associações locais, onde a exploração mineira é maioritariamente artesanal. Os principais recursos e tipos da sua utilização mencionados nas entrevistas são a agricultura, a extracção de pedras preciosas, a extracção de grafite, a silvicultura e a pesca. Na escolha dos distritos focais e na produção dos materiais de pesquisa, em Cabo Delgado, o impacto da guerra jihadista limitou a escolha dos distritos e determinou directa ou indirectamente as áreas em que nos concentrámos.

Em Cabo Delgado a pesquisa foi realizada em cinco distritos, dos quais seleccionámos três para o projecto mais vasto, nomeadamente **Montepuez**, **Namuno** e **Balama**. Nestes distritos, uma questão importante é o impacto das empresas de mineração industrial, particularmente em Montepuez e Balama. Em Namuno existem também áreas concessionadas às empresas mineiras industriais, mas durante a realização desta pesquisa, nenhuma delas estava a operar no distrito. Os principais conflitos estudados na pesquisa foram entre os registados entre as comunidades mineiras e as empresas de mineração industrial, que ocorrem de forma activa ou latente nos três distritos.

Em todas as minas das associações de mineração artesanal da província é comum os membros queixarem-se dos grandes problemas entre as suas associações e os governos distritais. Nestes distritos, houve dificuldades para a legalização da mineração artesanal porque quase todas as terras são ocupadas pelas multinacionais, em parceria com as elites

nacionais. Existem também conflitos entre as operações de exploração madeireira e a extracção industrial de pedras preciosas, porque as empresas de mineração tendem a vedar e guardar as suas áreas de concessão, utilizando empresas de segurança, embora estas áreas prevejam a concessão de licenças para a utilização de recursos florestais.

**[DISTRITO DE MONTEPUEZ]** No distrito de Montepuez, ocorrem pedras preciosas coloridas e ouro, que são extraídas por empresas mineiras industriais e pelas associações mineiras artesanais locais. Existe um conflito de interesses entre estes

dois modelos de como organizar a exploração mineira. A empresa mais conhecida é a Montepuez Ruby Mining Ltd., em actividade no distrito desde 2013, que se destaca na mineração de rubis. Em termos de área, a maior concessão, cobrindo aproximadamente 2.000 quilómetros quadrados, pertence à empresa Nairoto Resources Ltd., que se dedica à exploração de ouro. Ambas as empresas de mineração pertencem aos mesmos proprietários, nomeadamente a Gemfields Mauricius (com 75%) e uma empresa moçambicana, Mwiriti Limitada (25%), que é propriedade de um conhecido veterano da luta de libertação, o general Raimundo Pachinuapa (60%) e um

**Tabela 5: Dinâmica da Gestão dos Recursos Naturais nos distritos focais em Cabo Delgado**

Distrito	Recursos foco da pesquisa	Conflitos de recursos naturais foco da pesquisa on	Propostas articuladas para melhorar a gestão / sucessos	Sociedade civil e organizações comunitárias
6. Montepuez	Rubis; ouro; madeira	Empresas mineiras contra a mineração artesanal; Recursos de Nairoto vs. madeira Panga; homem-animal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comitês de gestão dos recursos naturais criados no posto de Nairoto, Montepuez</li> <li>- Sugestões feitas pelo governo do distrito de Montepuez sobre um encontro entre as empresas madeireiras e as empresas de mineração em conflito.</li> <li>- Esforço dos governos locais e dos mineiros locais para criar associações de mineração artesanal legalizadas (Chiure, Namuno)</li> <li>- Responsabilidade social praticada pelas associações de mineração artesanal</li> <li>- Práticas para reconciliar os interesses da agricultura e da mineração (Chiure)</li> <li>- Os governos locais propõem a descentralização na atribuição de licenças para a extracção de recursos naturais e para a compra de ouro que os mineiros podem vender localmente a um preço tabelado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Médicos Mundi</li> <li>- Centro Terra Viva</li> <li>- Médicos sem Fronteiras</li> <li>- Associação Ambiental (AMA)</li> <li>- Helvetas</li> <li>- União Provincial de Camponeses (FUNAC)</li> <li>- CGRN de Nairoto e Nanhupo (Montepuez) e Kwekwe (Balama)</li> <li>- 4 líderes comunitários da Vila de Nairoto (Montepuez)</li> <li>- Rainha e régulo de Nacolo (Montepuez)</li> <li>- 5 associações de mineração artesanal de pedras preciosas em Namuno, das quais 2 foram legalizadas</li> <li>- Associação de mineiros artesanais na comunidade de Ntola ainda não legalizada (Montepuez)</li> <li>- Rádio Sem Fronteiras (Pemba)</li> </ul>
7. Balama	Grafite; madeira; agricultura	Litígios sobre o reassentamento devido à extracção de grafite; os benefícios da actividade madeireira		
8. Namuno	Ouro, rubis	Risco de conflito entre as empresas e os mineiros artesanais		

empresário iraniano Asghar Fakhr Ali (40%). Contudo, não se sabe quem são os verdadeiros beneficiários, uma vez que o principal accionista é a filial mauriciana da empresa-mãe Gemfields, um paraíso fiscal africano, embora a sociedade-mãe tenha a sua sede em Londres.

Devido às grandes concessões mineiras existentes no distrito, quase não há espaço para a legalização de associações mineiras informais, mas no posto de Nairoto, sito na comunidade de Ntola, há uma tentativa de estabelecer uma associação legalizada, apoiada pelo governo do distrito. Da mesma forma que em Namuno e Chiúre, os habitantes locais consideram a exploração mineira informal (garimpo) mais lucrativa do que o trabalho assalariado numa empresa de mineração, mas o governo distrital não tem muito espaço de manobra para promover a legalização das associações, uma vez que o licenciamento está centralizado a nível provincial. Além disso, devido às receitas pagas ao Estado e ao capital social e histórico dos proprietários, as empresas de mineração multinacionais presentes no distrito têm uma grande influência no distrito e no país, particularmente na polícia.

É visível que nas empresas de mineração internacionais da província com ligações à elite moçambicana, tais como a Montepuez Ruby Mining e a Nairoto Resources, existe um acesso restrito para pessoas de fora, incluindo as próprias autoridades do Estado. Estas estão fechadas ao ambiente externo e a sua inspecção constitui um grande desafio para o Estado, para a pesquisa académica, e ainda mais para a sociedade civil. Esta situação é analisada em mais pormenor no *policy brief* do projecto TIPS ‘Acesso restrito: Zonas Encerradas pela Mineração (Cabo Delgado) e Conservação (Sofala)’.

**[DISTRITO DE NAMUNO]** No distrito de Namuno existem quatro associações mineiras informais de ouro e uma de rubis. Duas destas associações foram legalizadas, nomeadamente a Associação Mineira de 3 de Fevereiro, em Nanlia, e a Associação Mineira de Nanlia, mas nenhuma associação possui ainda licença de mineração. Em Namuno existem também áreas concessionadas às empresas de mineração industriais, mas durante esta pesquisa, nenhuma delas esteve activa. Mesmo nos casos em que não estão em uso, as

empresas de mineração tendem a proibir a utilização pelos habitantes locais das terras que lhes foram concedidas, não só para mineração, mas também para fins de subsistência. Entre os mineiros que operam actualmente no distrito, existem apenas cinco associações mineiras informais.

Embora não estejam a operar com a licença de mineração que legaliza as suas actividades, as associações mineiras do distrito de Namuno visitadas estão relativamente bem organizadas, quando comparadas com os outros dois distritos focais na província. Duas associações foram mesmo publicadas no Boletim da República desde 2019. Um aspecto da exploração informal do ouro neste distrito é que os membros das associações vivem nas comunidades, compreendem os seus principais problemas e partilham parte dos seus rendimentos com as comunidades. Os associados neste distrito estão empenhados no desenvolvimento da comunidade (Caso 7). O potencial da mineração artesanal para contribuir para o desenvolvimento local destes distritos em Cabo Delgado é analisado mais detalhadamente no *policy brief* do projecto TIPS ‘Mineração artesanal de ouro: de operações clandestinas a uma contribuição para o desenvolvimento local?’, que faz parte da pesquisa deste projecto.

Segundo as autoridades distritais, no início, a mineração artesanal no distrito ganhou ímpeto devido ao fluxo de várias pessoas com experiência de mineração artesanal de pedras preciosas, primeiro na aldeia de Nanlia, aumentando significativamente o fluxo demográfico. O governo tomou conhecimento desta situação e enviou uma delegação do distrito composta por membros da PRM e do SDAE, que recolheram todo o material dos garimpeiros e expulsaram todos os que estavam envolvidos na actividade de mineração. Depois disto, os mineiros informais locais que vivem no distrito, organizaram-se em grupo e reclamaram junto ao governo distrital. A partir de 2013, esta determinação dos garimpeiros levou o governo distrital a tomar medidas com vista a promover a criação de associações e neste momento, o governo distrital prefere a legalização das associações, em vez da chegada de uma empresa de mineração industrial. Até 2019, a Direcção Provincial de Recursos Minerais tinha concedido uma licença para a mesma área, de cerca de 55 hectares, talvez por engano, a duas associações mineiras informais, em que ambas se referem à descoberta mensal

de mais de 50 gramas de ouro. Devido ao facto de não existir licença de mineração, neste momento o Estado não recebe directamente quaisquer impostos pagos pelas associações.

Do contexto das moageiras de pedra nas minas de Nanlia em Namuno, compreendemos que existe um acesso restrito a pessoas de fora, incluindo as autoridades

estatais, possivelmente devido à natureza semi-clandestina das associações. Existe o mesmo clima nas empresas de mineração internacionais com ligações com a elite moçambicana por outras razões, embora estas estejam licenciadas. No distrito focal seguinte, estudámos uma destas empresas multinacionais com áreas vedadas e encerradas, nomeadamente a empresa de mineração australiana Syrah Resources.

### **Caso 7: Mineração artesanal mais sustentável**

O uso do mercúrio tinha-se tornado habitual entre os mineiros artesanais em Moçambique, em particular na mineração aluvial, mas do ponto de vista ambiental, é prejudicial. No distrito de Namuno, além do apoio do governo distrital à legalização das associações mineiras informais, há um esforço empreendido pelas organizações da sociedade civil no sentido de mitigar o impacto negativo da mineração informal sobre o ambiente, especialmente sobre os rios. Um exemplo de um projecto ligado aos nossos temas na província é o Projecto de Minas Artesanais e Direitos Ambientais e Culturais em Cabo Delgado pelo Centro Terra Viva, em parceria com a Medicus Mundi. Com o apoio destas organizações não governamentais, as associações mineiras informais do distrito estavam a iniciar uma prática alternativa de mineração, na qual o uso de mercúrio foi substituído pelo uso de bórax na extracção de ouro. Os mineiros elogiam o método de utilização de bórax, que se revelou positivo tanto para o ambiente como para a economia, tornando a extracção de ouro mais produtiva. No entanto, pode ser um desafio encontrar este produto no mercado, uma vez terminado o projecto.

#### **Discussão:**

- 1. Existe mineração artesanal no seu distrito?
- 2. Tem experiência pessoal de mineração artesanal?
- 3. Como avalia o seu impacto no desenvolvimento local e no ambiente?
- 4. Como poderiam os resultados deste tipo de projectos ser mais duradouros, após o fim do projecto?

#### **Exercício:**

- Criar uma sessão de diálogo aberto em que as pessoas actuem em diferentes papéis numa reunião entre os representantes da associação mineira e os outros actores da sociedade (por exemplo, homens/mulheres locais, funcionários distritais, funcionários da província ou activistas ambientais).

**[DISTRITO DE BALAMA]** No distrito de Balama, existem três frentes de grafite, uma delas já em fase de extracção industrial por uma empresa com capital internacional chamada Syrah Resources. Nas outras duas frentes recentemente descobertas, está a ser instalado equipamento e as pessoas que tinham as suas áreas de cultivo nestes locais estão a ser compensadas. A natureza representativa do Comité de Gestão dos Recursos Naturais, ligado aos Recursos Minerais, pode enfrentar desafios devido ao facto de o administrador distrital ser membro do comité. Esta situação, tal como o reassentamento da população, criou um conflito entre a comunidade e a Syrah Resources, embora actualmente os conflitos pareçam menos preocupantes do que no distrito vizinho de Nipepe, na província do Niassa.

Há uma procura internacional crescente de grafite, uma vez que esta é utilizada para fabricar baterias para veículos eléctricos, mais procurada devido às tentativas de abrandar o aquecimento global. Em Dezembro de 2021, a Syrah Resources afirmou ter assinado um contrato com a empresa automóvel americana Tesla, que garante a venda de toda a grafite que pode ser extraída em Balama nos próximos quatro anos e pode motivar a empresa a expandir-se para as frentes que ainda não estão a ser operadas. O contrato terá um impacto nas comunidades afectadas do distrito. As comunidades locais poderão beneficiar da interacção com as comunidades afectadas de Nipepe, o distrito vizinho, onde também existe mineração de grafite, embora numa fase menos avançada, e também com as comunidades reassentadas nas outras províncias. A extracção informal de ouro tem lugar nos postos administrativos de Mavala e Kwe-Kwe. No entanto, o valor comercial deste ouro parece ser baixo. Nos dois postos administrativos, os comités de gestão dos recursos naturais não estão operacionais, não havendo inclusivamente sinais de qualquer associação em funcionamento.

## REFLEXÃO

Os benefícios da mineração artesanal, bem como das empresas de mineração licenciadas, são por vezes dicotómicos e excludentes. Por um lado, é dicotómico porque a quantidade e o valor dos recursos retirados destes locais estão longe de corresponder ao nível de compromisso social das empresas de mineração. As áreas permanecem a um baixo nível de desenvolvimento, onde a população reassentada e

afectada enfrenta necessidades básicas de sobrevivência, uma vez que foram deixadas sem áreas de produção agrícola, ou com terras que não são férteis. Deste modo, as comunidades permanecem empobrecidas e carentes de serviços básicos. Por outro lado, é excludente porque o nível de empregabilidade é desproporcional, tanto do ponto de vista da mão-de-obra local, como também do ponto de vista do género. As mulheres perdem frequentemente o seu papel económico anterior nas mudanças trazidas do exterior.

A participação das mulheres na gestão e utilização de recursos naturais de maior valor monetário, particularmente na mineração artesanal e industrial, é menor devido a questões culturais, que têm uma influência negativa na participação das mulheres nestas actividades. Há também sinais de que as mulheres se sentem mais vulneráveis face aos riscos ligados à natureza semi-clandestina desta actividade, com o risco crescente de violência policial a que os mineiros informais e os seus fornecedores de serviços estão sujeitos. No entanto, encontramos mulheres a adaptar-se a estas circunstâncias, por exemplo, ao venderem refeições nas minas de ouro.

Devido à natureza semi-clandestina da actividade, actualmente nem o Estado nem os distritos administrativos recebem quaisquer receitas das actividades, embora as várias associações mineiras informais tenham estado envolvidas em projectos de responsabilidade social nas suas comunidades. Através dos compradores de ouro registados, o Estado recebe uma pequena parte dos lucros da extracção de ouro, mas se a actividade fosse totalmente legalizada, as receitas poderiam ser muito mais significativas a nível distrital e nacional.

Para criar as bases da sustentabilidade na extracção dos recursos minerais que a província possui em quantidade e qualidade, existem propostas para tomar medidas coerentes envolvendo:

- 1. A descentralização na emissão de licenças de exploração mineira;
- 2. A descentralização na atribuição de concessões florestais;
- 3. A procura de empresas empenhadas no desenvolvimento local – por exemplo, compradores de ouro a um preço tabelado;
- 4. O envolvimento mais profundo das comunidades locais na gestão dos 20% e 2,75% das receitas fiscais pagas pelas empresas licenciadas

Nos últimos anos, foram adoptados programas destinados a rever e melhorar a legislação com o intuito de dotar o país de instrumentos legais, não só para garantir investimentos, mas também para maximizar os benefícios para as comunidades locais do sítio onde os recursos são extraídos. No entanto, observadores de organizações da sociedade civil, e de dentro do aparelho estatal, apontam o incumprimento das leis como o principal factor do êxito limitado na realização deste objectivo.

A tabela acima enumera as organizações da sociedade civil e os líderes comunitários da província a serem considerados na organização das acções de capacitação previstas. Para além das associações produtivas e comunitárias da zona rural, estes tipos de ONG nacionais e internacionais podem beneficiar grandemente com as reuniões programadas sobre capacitação e troca de experiências, e podem contribuir significativamente para as sessões de capacitação.

## RECOMENDAÇÕES PARA A PARTILHA DE CAPACIDADES E FORMAÇÃO DE CAPACITAÇÃO

- Formação em técnicas de negociação e de avaliação do poder para mitigar os desequilíbrios do poder político, económico e académico entre as partes envolvidas nos conflitos relacionados com os recursos naturais;
- Estudo e discussão do capítulo com foco na própria província e dos casos de resolução de conflitos nesta publicação;
- Estudo e discussão de outras publicações desta pesquisa relevantes para cada grupo participante, muitas das quais indicadas nos capítulos deste guia;
- Estudo e discussão de textos legislativos relevantes para cada grupo treinado, por exemplo:
  - A Lei de Minas (20/2014)
  - A Lei de Terras (19/97)
  - A Lei sobre Florestas e Fauna bravia (10/99)
  - A circular do governo (01/MPD-MF/2013) relativa à utilização dos 2,75%
  - Um regulamento que orienta o cálculo das indemnizações durante os reassentamentos.
- Criação de grupos e plataformas de paz semelhantes aos da Gorongosa para incluir, por exemplo, os actores religiosos, mulheres de influência, líderes comunitários e combatentes desmobilizados;
- Uma formação em desenvolvimento organizacional e gestão de associações locais para apoiar o reconhecimento legal de associações relacionadas com a agricultura, mineração, uso sustentável e outras actividades produtivas;
- Formação interprovincial na partilha de capacidades entre participantes de regiões geográficas ou tematicamente próximas, tais como os distritos de Balama e Nipepe, ou de distritos ou províncias com mega-projectos semelhantes em diferentes fases, tais como Tete, Niassa e Inhambane;
- Formações interprovinciais de capacitação em avaliação de poder, capacidades de negociação e persuasão com participantes de zonas geográficas ou tematicamente próximas;
- Discussão dos potenciais benefícios de identificar e expor os cidadãos nacionais que estão envolvidos em mega-projectos como uma acção destinada a resolver desequilíbrios de poder e promover a responsabilização. Nestas discussões, os grupos de trabalho podem contar com outras publicações deste projecto e com o conhecimento local.